



PROJETO BASICO

1. DO OBJETO

- 1.1. Instalação e comissionamento de um sistema solar fotovoltaico com capacidade total de 525,90kwp com todos os componentes necessários para seu pleno funcionamento e atendimento conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação é de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.836.085,78 (três milhões oitocentos e trinta e seis mil oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos) conforme especificado abaixo.

Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
Instalação e comissionamento de um sistema solar fotovoltaico com todos os componentes necessários para seu pleno funcionamento e atendimento conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Instalados em telhado.	Kwp	366,43	R\$ 5.477,25	R\$ 2.007.027,61
Instalação e comissionamento de um sistema solar fotovoltaico com capacidade total de, com todos os componentes necessários para seu pleno funcionamento e atendimento conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Com fornecimento e instalação em estrutura de carport.	Kwp	98,1	R\$ 10.269,84	R\$ 1.007.471,12
Instalação e comissionamento de um sistema solar fotovoltaico com capacidade total de, com todos os componentes	kwp	64,37	R\$ 8.215,87	R\$ 821.587,05



necessários para seu pleno funcionamento e atendimento conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Com fornecimento e instalação em estrutura de estrutura metálica em solo.				
VALOR TOTAL R\$				R\$ 3.836.085,78

- 2.2. A divisão da planilha acima apresentada foi elaborada com base nos parâmetros e quantitativos definidos no Projeto Básico que fundamenta a presente contratação. Ressalta-se que, embora o Projeto Básico contemple planilha orçamentária unificada, a segmentação ora demonstrada tem caráter meramente analítico e gerencial, visando à melhor compreensão da composição dos custos.
- 2.3. Destaca-se, contudo, que o critério de julgamento da contratação será pelo valor global, nos termos do instrumento convocatório, considerando o conjunto integral dos serviços e fornecimentos previstos, em estrita observância ao princípio da economicidade e à adequada execução do objeto.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA enfrenta a necessidade de implantar um sistema solar fotovoltaico com capacidade total de 525,90 kw. Essa demanda surge da busca por alternativas sustentáveis e econômicas para suprir a demanda energética do município, considerando tanto o aumento do consumo quanto as pressões decorrentes de custos elevados com energia elétrica proveniente de fontes não renováveis.
- 3.2. A instalação desse sistema tem como objetivo principal promover a eficiência energética nas dependências públicas, reduzindo os gastos municipais com eletricidade e, assim, liberar recursos financeiros para outros serviços essenciais à população. Adicionalmente, ao optar por uma fonte de energia limpa e renovável, a gestão pública da cidade demonstra um comprometimento com práticas ambientalmente responsáveis, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e promovendo a conservação dos recursos naturais.
- 3.3. Para garantir o funcionamento eficaz do sistema proposto, é essencial que sejam integrados componentes adicionais, incluindo um sistema de monitoramento através de circuito fechado de televisão e uma estação solarimétrica. Tais instrumentos são necessários para a supervisão contínua da geração de energia, bem como para a coleta de dados que possibilitarão a análise do desempenho do sistema ao longo do tempo. Isso assegura não apenas a manutenção da eficácia do investimento, mas também a transparência e a prestação de contas à população sobre os resultados alcançados.
- 3.4. Cabe ressaltar que a adoção desse sistema vai além de uma simples melhoria na infraestrutura energética; representa uma oportunidade para estimular a conscientização ambiental entre os cidadãos de São João do Paraíso - MA, promovendo uma cultura de sustentabilidade e inovação. Portanto, atender a essa necessidade é imperativo para o desenvolvimento sustentável da cidade e para a promoção do bem-estar da sua população, alinhando-se com os interesses coletivos da comunidade.



- 3.5. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. VISITA TÉCNICA

- 4.1.1. É recomendável que a licitante, através dos seus Responsáveis Técnicos registrados junto ao CREA - Engenheiro Eletricista e Engenheiro Civil - , vistorie os locais onde serão executados os serviços, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado e inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, para compor em sua proposta todos os custos necessários, inclusive em viabilizar as questões estruturais e de elétrica, mediante prévio agendamento, junto à Diretoria de Obras do Município, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h às 12h, a qual emitirá atestado de visitação à licitante.
- 4.1.2. Somente poderão participar desta licitação as empresas que atuam nos ramos de atividades principal e secundários pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, bem como o(s) seu(s) Responsável(veis) Técnico(s).

4.2. MÓDULOS FOTOVOLTAICOS

- 4.2.1. A quantidade de painéis deverá ser dimensionada respeitando os limites do espaço físico disponível, e a capacidade de suportar a carga de peso do sistema a ser instalado.
- 4.2.2. Todos os painéis de cada sistema deverão ser do mesmo fabricante e modelo.
- 4.2.3. Tipo de célula: Silício monocristalino, mono perc com 144 células.
- 4.2.4. Tipo de moldura: Alumínio.
- 4.2.5. Potência mínima: 545Wp.
- 4.2.6. Eficiência máxima: $\geq 21,1\%$.
- 4.2.7. Garantia de potência nominal após os 10 primeiros anos: $\geq 92\%$.
- 4.2.8. Garantia de potência nominal após os 25 primeiros anos: $\geq 83\%$.
- 4.2.9. Garantia contra defeitos de fabricação: Mínimo de 12 anos.



4.2.10. Poderão ser utilizadas módulos de maior potência desde que atendidas às exigências mínimas aqui estabelecidas.

4.2.11. Objetivando tornar mais fácil a substituição dos módulos fotovoltaicos em caso de problemas de garantia, além da colaboração, fomento e desenvolvimento da indústria nacional brasileira, em conformidade com o previsto no artigo 26º, da Lei Federal nº 14.133/2021, os módulos fotovoltaicos, além de obrigatoriamente obedecerem os requisitos mínimos aqui estabelecidos, devem ainda apresentar o código Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES válido até a data do certame.

4.3. INVERSORES

4.3.1. A quantidade e potência de saída dos inversores deverão ser estabelecidas de acordo com a capacidade de cada parcela de sistema a ser instalado, com potência aplicada igual a potência total dos módulos, e ainda obedecendo as exigências abaixo:

4.3.2. Tipo de inversor: Grid-tie, trifásico conectado à rede, excluindo qualquer modelo de micro inversores, nas usinas instaladas nos prédios públicos;

4.3.3. Tensão nominal da rede: $3/(N)/PE$, 220 V / 380 V.

4.3.4. Frequência nominal da rede: 50 Hz / 60 Hz.

4.3.5. Parcela de sistema a ser instalado: pode ser utilizado a combinação e/ou somatório de potência de inversores na faixa mínima de 15 kW até a faixa de potência máxima de 75 kW para adequação ao dimensionamento de cada sistema a ser instalado;

4.3.6. Eficiência mínima: 98,4%;

4.3.7. Grau de proteção: IP 66;

4.3.8. Tensão máxima de entrada: 1100V

4.3.9. Os inversores serão instalados na posição indicada conforme projeto executivo a ser elaborado pela CONTRATADA, preferencialmente dentro das Salas das Unidades.

4.3.10. Inversor com garantia mínima de 10 anos pelo fabricante, e que seja homologado para instalação pela concessionária de energia elétrica local.



- 4.3.11. Poderão ser utilizadas combinações de potências de inversores para gerar a saída adequada, de acordo com o projeto, desde que atendidas às exigências mínimas aqui estabelecidas e em concordância prévia da fiscalização da CONTRATANTE.
- 4.3.12. Devem possuir proteção contra “ilhamento”, atendendo a resposta de variação de tensão.
- 4.3.13. Controle de fator de potência automático em função de variação da corrente de saída.
- 4.3.14. Os inversores devem incluir proteção contra reversão de polaridade na entrada, curto-circuito na saída, sobretensão e surtos em ambos os circuitos, proteção contra sobrecorrente na entrada e saída além de proteção contra superaquecimento.
- 4.3.15. Os inversores devem ser conectados aos dispositivos de seccionamento adequados, visíveis e acessíveis para a proteção da rede e da equipe de manutenção.
- 4.3.16. Todos os circuitos devem ser identificados em seus terminais no inversor e nos quadros de proteção e string box com plaquetas.
- 4.3.17. Devem possuir display digital para monitorar os dados de geração e configurações necessárias.
- 4.3.18. Deve ter dispositivo de monitoramento remoto.
- 4.3.19. Todos os inversores deverão ser do mesmo fabricante.
- 4.4. CABOS CC
 - 4.4.1. Os condutores CC deverão ser de no mínimo 6 mm (seis milímetros), apropriados para utilização em sistemas solares, possuir isolamento EPR e conectores MC4.
 - 4.4.2. Para os condutores do lado CA deverão ser atendidas no mínimo as exigências da norma NBR 5410.
 - 4.4.3. Todos os terminais dos condutores deverão ser identificados, conforme diagrama de ligação a ser elaborado pela CONTRATADA.
 - 4.4.4. Os condutores deverão ser protegidos por eletrodutos tanto acima quanto abaixo do telhado.
 - 4.4.5. Deverão ser utilizados eletrodutos metálicos flexíveis-SEALTUBO para



as tubulações aparentes, eletrodutos PVC rígido para as instalações subterrâneas e metálicas média, pesada ou flexível metálica (SEAL TUBO) para as tubulações acima da laje e telhado.

4.4.6. Para a descida dos condutores a serem interligados aos inversores não será admitido perfurar as telhas, sendo necessário prever outra forma de realizar tal parte da instalação.

4.4.7. Ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para conexão do sistema com a rede da CONTRATANTE, dentre eles, barramentos, quadros e conectores.

4.5. CONECTORES MC4

4.5.1. Tensão nominal 1000V DC (MC); Corrente nominal 30^a; Tensão de controle 6kV (50Hz, 1min.) Proteção IP67;

4.6. REFORÇO ESTRUTURAL

4.6.1. O contratado deverá realizar vistoria em todos os locais de instalação, projetar e executar os reforços estruturais necessários para adequação da cobertura quanto ao recebimento da sobrecarga das placas solares, gerar laudo estrutural e projeto as built.

4.7. INSPEÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EXISTENTES

4.7.1. Será dever do contratado realizar vistoria e análise nos locais a receberem as usinas, verificando todas as instalações elétricas do prédio e realizando as adequações necessárias para pleno funcionamento.

4.8. STRING BOXS

4.8.1. Deverá ser utilizado stringbox's em todas as usinas, as quais deverão ser compatíveis com o arranjo de inversores escolhidos.

4.9. ATERRAMENTO

4.9.1. O sistema de aterramento deverá ser compatível com os padrões e normas da Distribuidora Equatorial Pará, atendendo a requisitos de segurança pessoal e dos equipamentos com relação também a resistência final do aterramento, que deve ser medida com equipamento apropriado no comissionamento.

4.9.2. Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade. Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão, entre ambos os polos das conexões em paralelo dos strings e entre eles e o condutor de aterramento.

4.9.3. O sistema de aterramento deve ser feito de forma a resultar em valor de resistência dentro do aceitável para o tipo de instalação.

4.10. MONITORAMENTO DA GERAÇÃO



4.10.1. Os sistemas fotovoltaicos instalados deverão ter monitoramento via WEB para aferição e acompanhamento da produtividade de energia por período de 24 meses a partir da data da ligação dos sistemas, deverão coletar e monitorar todos os dados do sistema fotovoltaico, possibilitando análise em tempo real da performance de geração de energia e indicação de possíveis falhas.

4.11. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

4.11.1. Deverá ser elaborado e entregue relatório fotográfico contendo cada etapa da execução de obra.

4.12. COMISSIONAMENTO

4.12.1. Após conclusão da obra, o contratado deverá realizar todos os comissionamentos solicitados por norma, gerando um relatório com os resultados de cada usina.

4.13. MONITORAMENTO POR CFTV

4.13.1. Todas usinas deverão ser contempladas com um kit de monitoramento por CFTV, contendo no mínimo os equipamentos descritos na tabela.

KIT SISTEMA CFTV (CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO)		
DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
CÂMERA FULLHD 4IN1 HD BULLET PLÁSTICA Resolução de 5 megapixels; Sensor 1/3"; Lente de 3,6mm; Infravermelho com alcance de 20 metros; Smart IR; Material de acabamento em plástico ABS; Índice de proteção IP66; Garantia de 2 anos contra defeitos de fabricação.	UND	4
GRAVADOR DVR 4 CANAIS 5IN1 Função híbrida: 2 canais BNC + 4 canais IP 2MP; Função NVR: 9 canais IP 5MP; Visualização 1080P / 5M@12fps / 4M@15gfps / 3M@18fps; Gravação 4 canais 1080N (960X1080) @18fps; 5MP_Lite (1296x1944 4*8fps); 4MP_Lite (1280x1440 4*15fps); 3MP_Lite (1024x1536 4*18fps); 720P (1280x720 4*20fps); 1 porta de rede 10/100Mbps; 1 saída VGA e 1 saída HDMI; 1 entrada e saída de áudio RCA; Compressão H265+; 1 porta SATA de até 8TB; 2 portas USB 2.0; Acionamento de eventos; Garantia de 2 anos contra defeitos de fabricação.	UND	1
BALUNPARATRANSMISSÃO DE VÍDEO COM TRANSCEPTOR Balun do tipo passivo para padrões de vídeo AHD/CVI/TVI; Conversor conector BNC para cabo par trançado; Utilizado na conexão de cabeamento em câmeras CFTV; Garantia de 2 anos contra defeitos de fabricação.	PAR	1
CONECTOR P4 MACHO BORNE PARAFUSO AX CON18A Utilizado na alimentação de câmeras em sistemas CFTV; Fácil instalação, dispensa uso de solda; Borne tipo parafuso de aperto para conexão do condutor.	UND	4
CABO CAT 5E UTP 4 PARES 24 AWG AZUL Cabo com 4 pares trançado de 24 AWG (0,51mm); Cat5e homologado pela Anatel; Núcleo condutor 100% cobre eletrolítico; Aplicações diversas em redes de cabeamento estruturado e CFTV em ambientes internos; Caixa com 305 metros.	CAIXA	2
FONTE DE ALIMENTAÇÃO	UND	1
CAIXA ORGANIZADORA PARA CFTV PEQUENA	UND	4
HARD DISK DE 1TB PARA DVR	UND	1
FILTRO DE LINHA COM 4 ENTRADAS	UND	1
RACK 5U COM CHAVE	UND	1

4.14. MEDIÇÃO DE TENSÃO E MEMÓRIA DE MASSA

4.14.1. O contratado deverá realizar relatórios, a cada 70 dias, durante 2 anos, com as análises de massa e tensão do município.



4.15. MANUTENÇÃO E LIMPEZA DAS SUBESTAÇÕES

4.15.1. O contratado deverá realizar a limpeza e manutenção das subestações existentes nos locais de instalação das usinas.

4.16. PROJETO AS BUILT

4.16.1. Todas as execuções e qualquer alteração física realizada, deverá ser acompanhada de projeto situacional final.

4.17. ESTAÇÃO METEOROLÓGICA

4.20.1. A Os sistemas fotovoltaicos deverão ser implementados com estações solarimétricas para auxiliar na aferição de performance, radiação solar e índice UV, além de armazenarem os dados em sua memória interna.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. DAS AMOSTRAS

- 6.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 6.2. As amostras poderão ser entregues na sede da CPL, em 48 horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 6.3. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes do fim do prazo.
- 6.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 6.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, a amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante acompanhado com as informações técnicas dos componentes impressas.
- 6.6. Os exemplares colocados à disposição da licitação serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos para a Licitante logo após as análises. Será considerada aprovada a amostra que atender aos critérios técnicos constantes neste Termo.
- 6.7. A licitante provisoriamente classificada, quando solicitado, deverão obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, apresentar pelo menos:

a) **INVERSOR:** Tipo de inversor: Grid-tie, trifásico; Tensão nominal da rede: 3/(N)/PE, 220 V/380 V, Frequência nominal da rede: 50Hz/60 Hz, Eficiência



mínima: 98,4%, Grau de proteção: IP66, Tensão máxima de entrada: 1100V, Deve possuir proteção contra “ilhamento”, atendendo a resposta de variação de tensão, Deve possuir display digital para monitorar os dados de geração e configurações necessárias, Deve ter dispositivo de monitoramento remoto, Todos os inversores deverão ser do mesmo Fabricante;

- b) **MÓDULO FOTOVOLTAICO:** Todos os painéis de cada sistema deverão ser do mesmo fabricante e modelo, Tipo de célula: Silício monocristalino, Mono perc com 144 células, Tipo de moldura: Alumínio< Potência mínima: 545Wp. Eficiência mínima: $\geq 21,1\%$, Garantia de potência nominal após os 10 primeiros anos: $\geq 92\%$, Garantia de potência nominal após os 25 primeiros anos: $\geq 83\%$, Garantia contra defeitos de fabricação: Mínimo de 12 anos, Código Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES válido até a data do certame;
- c) **CABO CC:** Os condutores CC deverão ser de no mínimo 6mm (seis milímetros), apropriados para utilização em sistemas solares, possuir isolamento EPR e conectores MC4, Para os condutores do lado CA deverão ser atendidas no mínimo as exigências da norma NBR5410, Os condutores deverão ser protegidos por eletrodutos tanto acima quando abaixo do telhado;
- d) **CONECTOR MC4:** Com proteção ip67;
- e) **TRILHO DE FIXAÇÃO:** Em alumínio, capacidade de carga de 15kg por metro livre;
- f) **KIT DE FIXAÇÃO:** Peças zincadas ou em alumínio, capacidade de resistir a ventos faixa 5 da NBR 6123;
- g) **CAMERA:** Câmera Fullhd 4in1 Hd Bullet Plástica com resolução de 5 megapixels, sensor de 1/3", lente de 3,6mm, infravermelho com alcance de 20 metros e tecnologia Smart IR. Corpo construído em plástico ABS, com proteção IP66, garantindo resistência à água e poeira para uso externo. Produto com garantia de 2 anos contra defeitos de fabricação;

- 6.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.9. Se a(s) amostra(s) apresentada pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 6.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 6.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 7.1. 12.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **Registro de preços na modalidade CONCORRÊNCIA**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

9. PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 9.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias, assim como as planilhas.
- 9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor máximo previsto para essa licitação, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 9.4. Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta readequada, os catálogos técnicos dos módulos fotovoltaicos, inversores, cabos CC, conector MC4, estruturas de fixação, string box e câmera. Quaisquer documentos quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país em cumprimento ao arcabouço legal composto pelo Decreto nº 13.609 de 21/10/1943, a Lei nº 8.934 de 18/11/1994, e a Instrução Normativa DNRC nº 84 de 29/04/2000, Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Habilitação Jurídica
- 10.2. Regularidade Fiscal, Social E Trabalhista
- 10.3. Habilitação Econômico-Financeira,
- 10.4. Qualificação Técnica

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 11.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 20 (vinte) dia para o projeto, será de 45 (quarenta e cinco) dias para entrega do material, será de 25 (vinte e cinco) dias para execução e ligação, contados do recebimento da Ordem de Serviços.



- 11.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 11.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de São João do Paraíso - MA em endereço indicado na Ordem de Serviços.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 11.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) anos placas solares e de 10 (dez) anos para os inversores, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 11.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 11.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 11.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 11.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 11.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 11.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 11.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 11.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 11.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 11.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de



descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 12.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
 - 12.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 12.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 12.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 12.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



- 12.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 12.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 1.7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 1.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 1.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 1.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 1.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 1.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 1.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 1.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2.7. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

3. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 3.7. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.9. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.
- 3.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 3.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 3.12. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 3.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 4.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 4.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 4.8.6. o prazo de validade;
 - 4.8.7. a data da emissão;
 - 4.8.8. os dados do contrato e do órgão contratante;



- 4.8.9. o período respectivo de execução do contrato;
- 4.8.10. o valor a pagar; e
- 4.8.11. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 4.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.11. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 4.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 4.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 4.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 4.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 4.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 4.18.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.